

Entidades empresariais divergem sobre tática política

Janio de Freitas

O melhor Natal

É preciso dar um jeito de alegrar o Natal. Os presentes, indo ou vindo, são momentos muito bons. Para os que ainda os têm, os meninos ao encontro dos presentes renovam, com a pontualidade natalina, um êxtase sem igual. Mas não por muitos anos. E depois fica esta nostalgia densa, diametral, acúmulo de lembranças imprecisas, mais um clima do que lembranças, um clima interior que as luzes coloridas do Natal tentam tornar menos sombrio, em vão. É preciso dar um jeito de alegrar o Natal.

É sobretudo é preciso dar um jeito de não se tornar mais pesado este tempo de Natal. Hoje, tenha paciência, não é dia de indagar como estão as pessoas que dividiram comissões de mais de 300 milhões de dólares e, logo às vésperas do Natal, vêm minguar este futuro celestial, talvez não havendo agora para dividir mais do que uns 80 milhões de dólares.

Nem é dia de indagar se os três diretores de uma estatal, vitimados pelo descarrilamento de uma concorrência, puderam alegrar o Natal do seu advogado pagando-lhe, antes que a Procuradoria da República lhes fizesse a gentileza de segurar o processo, a primeira parcela de 100 mil dos 300 mil dólares combinados para a defesa do trio.

É muito menos importa, hoje, saber como três funcionários de

estatal dispõem de 300 mil dólares —no câmbio da realidade, quase 30 milhões de cruzados— para pagar só a um dos advogados.

É preciso alegrar o Natal. E estas coisas não são natalinas.

Natalino é pensar que o capitão de Apucarana, aquele que fez um assalto militar à Prefeitura, em ato do mais inquestionável terrorismo, está hoje agraciado por uma licença de questionável legalidade, passando o Natal e o fim de ano na paz doméstica que seu gesto queria tirar ao país.

Natalino é pensar no espírito de fraternidade com que José Mário Tieppo, aquele do golpe de bilhões, condenado a 20 e tantos anos de cadeia e sem ter estado preso um só dia, recebeu às vésperas do Natal a notícia de que foi agraciado por livramento condicional. Só pode ter sido a brasilidade natalina que inspirou a Justiça, neste ato que dá a Tieppo a liberdade de que gozaram todos os outros criminosos de colarinho branco.

Olha, antes que neste andar de Papai Noel pelo Brasil se chegue aos 20 milhões de crianças que hoje não vão ter Natal, é melhor voltar à nostalgia densa, diametral, acúmulo de lembranças imprecisas, mais um clima do que lembranças. É preciso dar um jeito de manter o Natal nostálgico.

JOÃO BATISTA NATALI*

Da Reportagem Local

Nada mais ingênuo que supor uma nítida divisão de tarefas entre entidades empresariais para influírem de maneira taticamente coordenada sobre o sistema nervoso do governo federal ou sobre os trabalhos constituintes. Interesses comuns à parte, levando a alianças ocasionais nem sempre explícitas, a verdade é que os empresários estão hoje divididos, e por razões assim exemplificadas:

1 — A Frente Nacional pela Livre Iniciativa (FNLI) que, ao ser lançada em novembro, tinha a dimensão aparente de um "lobby" final e arrasador, está hoje perfeitamente congelada como estrutura de pressão. Motivo: o veto, que a Folha apurou existir, por parte de entidades mais tradicionais como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), à proposta de ação conjunta com a União Democrática Ruralista (UDR), que acusa a hierarquia empresarial existente de "pelega" e pouco representativa.

2 — A União Brasileira de Empresários (UBE), que seria o guarda-chuva localizado no topo dessa hierarquia —uma espécie de versão patronal da CUT ou da CGT— preferiu igualmente partir para formas mais esvaziadas de atuação, para não insuflar o balão político de seu primeiro presidente, o senador Albano Franco (PMDB-SE), considerado inábil na Comissão de Sistematização ao encaminhar as negociações sobre a estabilidade no emprego. O Conselho Consultivo da UBE reuniu-se uma única vez, não havendo planos para sua reconvocação a médio prazo.

3 — Os dirigentes da UBE não têm objetivos diretamente partidários ou projetos eleitorais. E por isso mesmo olham com imensa desconfiança a aliança entre a UDR de Ronaldo Caiado e o Movimento Democrático Urbano (MDU), dirigido pelo presidente da Bolsa de Valores de São Paulo, Eduardo da Rocha Azevedo. Ambos defendem a possibilidade de as eleições presidenciais serem disputadas por candidatos "avulsos" (ou seja, nascidos fora das convenções partidárias). Suspeita imediata: um dos dois tentará concorrer, com o apoio do outro, à sucessão de Sarney.

"Nessa movimentação feita pela UDR no meio rural, e pelo MDU, coordenado pelo companheiro Eduardo Azevedo —diz Caiado—, as coisas começam cada vez mais a se somar e a se potencializar para que daí decole um nome (à sucessão presidencial) que seja realmente a esperança da sociedade brasileira". É uma declaração quase explícita de candidatura, e também de uma forma de atuação atípica para o meio empresarial.

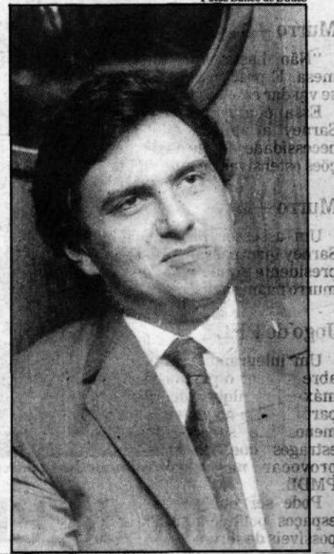
Discrição

De fato, da mesma forma com que as entidades tradicionais estiveram sempre e sistematicamente envolvidas em política, é igualmente certo que elas detestam aparecer em primeiro plano. A discrição é uma das regras da eficiência dos "lobbies" sobre os centros de decisão. A prova está no acúmulo sigiloso de informações confidenciais sobre os constituintes eleitos. Em São Paulo, por exemplo, fora das instalações da Fiesp, da Associação Comercial ou da Febraban (bancos), há um computador que armazenou dados políticos e pessoais de absolutamente todos os eleitos. Dos 559 deputados e senadores, o cálculo era de que 360 não adotariam posições contrárias aos interesses empresariais.

Durante o primeiro semestre deste ano, diz um dirigente do setor industrial do Rio, essa correlação de forças orientou o trabalho de pressão nas subcomissões e a seguir nas comissões temáticas, em Brasília, que, no entanto, ocorreu de forma dispersa: divididos inicialmente em 24 grupos, os constituintes tratavam



Eduardo da Rocha Azevedo, da Bolsa de Valores de São Paulo, lidera o MDU



Ronaldo Caiado, presidente da UDR

inevitavelmente, sob múltiplas facetas, de questões de interesse empresarial (mineração, informática, ensino particular, grupos de saúde privada, setor financeiro).

"Constituição paralela"

O lobismo mudou de métodos com a Comissão de Sistematização. Todos os interesses passaram a se concentrar mesmo no plenário. O deputado César Maia (PDT-RJ), um dos opositores mais ferrenhos a essa forma de "intervenção", afirma ter havido a partir desta etapa uma mudança de método. Em lugar das escalas oficiais, pelas quais empresários se dirigiam a Brasília a cada dois meses para contatos com parlamentares conhecidos, os "lobbies" passaram a atuar de maneira mais agressiva. "Tudo culminou com o jantar da UBE, que pegou muito mal, inclusive junto a uma parcela de constituintes conservadores: por 'esprit de corps', eles somaram-se à esquerda em torno da preocupação de que os empresários procuravam fazer uma Constituinte paralela", diz Maia.

O fato é que a aprovação da estabilidade no emprego gerou desentendimentos e um descontrolado tático no meio empresarial, culminando com a campanha de quinze dias, via rádio e TV, em favor da supressão daquele item do anteprojeto que ainda irá a plenário. Assinada pela UBE —que, no entanto, não tem recursos próprios para custeá-la, já que as cem entidades filiadas contribuem, cada uma, apenas com seis salários mínimos anuais—, a campanha foi em verdade patrocinada, em conjunto, pela Confederação Nacional do Comércio e pela Confederação Nacional da Indústria.

Os efeitos da campanha foram mais que duvidosos, provocando um recuo tático pouco coordenado, que transpareceu pelo comportamento da própria UDR, a mais radical das entidades. De fato, em lugar de atuar diretamente sobre os hesitantes do plenário com seus próprios lobistas, ela abandonou a ribalta e limitou sua intervenção aos quarenta constituintes que provavelmente possui.

Esquema engavetado

Enquanto isso, por parte das entidades tradicionais, engavetou-se o plano de unificação funcional dos esquemas de pressão sob a tutela da UBE. Continuaram a atuar, com certa coordenação, a Fiesp, a CNI, a Sociedade Rural Brasileira, a Febraban e a Associação Brasileira da Indústria Eletro-eletrônica (Abinee), consideradas verdadeiramente eficazes, a começar pela discrição. O atributo, a essas alturas, correspondia a procurar desvincular o empresário do Centrão —para não estig-



Roberto Bornhausen, diretor do Unibanco, é presidente do Instituto Liberal

matizá-lo, e por isso mesmo enfraquecê-lo — ao qual a Folha apurou que as confederações integrantes da UBE forneceram no mínimo uma pequena logística, com assessores, passagens aéreas, serviços de secretárias e microcomputadores.

Se de um lado a retórica às vezes derrapava em lampejos de radicalização —o MDU aderiu ao hábito da UDR de considerar pouco representativas entidades patronais, entre as quais ele não se inclui, preferindo ser um movimento "de pessoas"—, de outro lado todo esse "imbroglío" corria paralelo ao surgimento de novas organizações, uma delas partidária, o Espaço Liberal no PL paulista, e outra apartidária, o Instituto Liberal, com uma seção paulista sob o modelo de sua original fluminense.

Ambas têm como mínimo denominador o firme propósito de não interferirem diretamente sobre os centros de poder. Querem formar quadros, capazes de estimular com estofo teórico a ideia que pragmaticamente todo o empresariado sempre defendeu: as liberdades civis seriam indissociáveis da liberdade empresarial.

O que as diferencia: no PL, a hegemonia indiscutível do deputado Guilherme Afif Domingos dificulta qualquer passo que não esteja ligado a seus projetos de ascensão política. No Instituto Liberal, entretanto, prevalece uma disseminação de lideran-



Guilherme Afif, do Espaço Liberal

cas, a ponto de não se atribuir a Roberto Bornhausen a intenção de transformá-lo numa espécie de apêndice das instituições financeiras que ele representa.

* Colaboraram ALEXANDRE POLES, do Sural de Brasília, e FREDERICO VASCONCELOS, do "Painel Econômico".

União Democrática Ruralista

Acusada inicialmente de organização paramilitar, coordenando a reação dos empresários rurais às ocupações de terras, a UDR demonstrou, por seu próprio ritmo de crescimento —em dois anos e meio, chegou às suas 218 regionais, reunindo 250 mil filiados—, ser a mais competente das entidades político-empresariais do espectro conservador.

Ronaldo Caiado, seu controverso presidente, não é contestado ao afirmar que dirige uma "organização de base". De fato, a direção nacional em pouco interfere nos métodos e

objetivos pontuais das UDRs organizadas nos municípios, estipulando como único princípio a realização de leilões anuais para o levantamento de fundos.

Assim, articula-se uma rede na qual, a nível municipal, agricultores e pecuaristas podem decidir unilateralmente uma moratória de suas dívidas junto ao Banco do Brasil, enquanto a nível federal uma banca estimada em no mínimo quarenta deputados e senadores influi decisivamente nos trabalhos constituintes.

Instituto Liberal

O Instituto Liberal (IL) é talvez a única das entidades recém-criadas que desmereceria a classificação de conservadora ou patronal. Existente desde 1983 no Rio de Janeiro, ele instalou-se este ano em São Paulo e no Rio Grande do Sul, estruturando-se agora em Santa Catarina.

Não pretendendo fazer "lobby" ou atingir objetivos políticos imediatos, tarefas que seu presidente, Roberto Bornhausen —também diretor do Unibanco e presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras—, diz deixar em mãos dos

partidos políticos e entidades empresariais, o Instituto Liberal tem basicamente como objetivo propagar o liberalismo através de cursos, seminários ou publicações. Seu público-alvo é constituído por estudantes universitários e jovens quadros empresariais.

Em suma, o Instituto Liberal investe num trabalho a longo prazo, numa tarefa semelhante à desenvolvida pelo Instituto Tancredo Neves, ("braço teórico" do PFL), mas sem qualquer vínculo político-partidário.

Espaço Liberal

Formalmente denominado Instituto de Estudos Contemporâneos, o Espaço Liberal, criado a 30 de novembro, é uma emanção direta do PL e de seu único constituinte em São Paulo, o deputado Guilherme Afif Domingos.

Instalado num confortável palacete da avenida República do Líbano, na zona sul paulistana, o Espaço Liberal desencadeará suas atividades na segunda quinzena de janeiro, com os primeiros cursos, com duração de uma semana, para a formação de lideranças políticas e comunitárias, a

serem dados, em turmas diferenciadas, segundo a formação primária, secundária ou superior do candidato, que em princípio pagará uma taxa de inscrição de Cr\$ 500,00. Os cursos não estão abertos exclusivamente aos filiados do PL.

Baseado no princípio do "social-liberalismo", o Espaço Liberal corre em faixa própria: não tem qualquer vínculo com os cursos de liberalismo por correspondência, organizados pelo presidente nacional do PL, deputado Álvaro Valle (RJ).

União Brasileira de Empresários

A União Brasileira de Empresários surgiu em junho do ano passado, congregando as confederações nacionais da Indústria, do Comércio, e dos Transportes, e as federações das Associações Comerciais e das entidades financeiras. Deveria permanecer como discreta contração patronal da CUT ou da CGT caso o princípio da estabilidade do emprego não tivesse sido aprovado pelo Congresso constituinte.

O episódio gerou uma reação empresarial que coincidiu, em novembro, com a a posse, em Brasília, dos

oitenta integrantes de seu Conselho Executivo, rapidamente transformada em "happening" que uniu lideranças tão dispares quanto Antônio Ermírio de Moraes e Ronaldo Caiado, aliás não membro da entidade.

A UBE, que assinou a campanha de inserções pela TV contra a fórmula que a Comissão de Sistematização deu à estabilidade, destina-se a fazer "lobby" mais convencional, não estando tão estruturada para essa tarefa quanto as entidades a ela subordinadas, como a Fiesp.

Movimento Democrático Urbano

Comumente qualificado de "versão urbana da UDR", o MDU nasceu em São Paulo em fins de novembro, tendo já obtido 6.800 adesões, segundo seu fundador, Eduardo da Rocha Azevedo, também presidente da Bolsa de Valores de São Paulo.

Seus estatutos colocam-no como entidade aberta "a todos aqueles que desejam lutar pela modernização das instituições políticas e econômicas do Brasil, com base nos princípios da democracia, livre iniciativa e justiça social". Por modernização, entende-se sobretudo a redução do papel do

Estado, com a privatização das empresas públicas e a uma queda na pressão fiscal.

O MDU não se considera uma entidade empresarial, por mais que sejam empresários os integrantes de seu núcleo fundador. Como organização "de pessoas" e não de empresas —como as entidades patronais—, considera-se potencialmente mais representativo da sociedade, para nesta fase final do Congresso constituinte, defender o liberalismo econômico.

Pensamento das Bases Empresariais

O movimento Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE) foi formado antes da organização dos "lobbies" que atuam sobre o Congresso constituinte. Reúne empresários de vários segmentos, principalmente de pequeno e médio porte. O PNBE defende o capitalismo e a livre iniciativa, mas seu discurso é mais avançado ao propor formas alternativas de relacionamento com os trabalhadores e com o governo.

Embora organizado formalmente este ano, as raízes da renovação

podem ser encontradas já em 1985, com as eleições no Sindimaq, quando a chapa situacionista apoiada por grandes indústrias paulistas foi derrotada por um grupo de pequenos e médios industriais. O movimento fez duas grandes concentrações no Parque Anhembi, em São Paulo, em junho e em outubro, colhendo propostas para a Constituinte. Lideranças tradicionais, principalmente reunidas em torno da Fiesp, procuram minimizar o PNBE, a rigor, um fato novo no processo de participação política do empresariado.